



## Relatório Gestão e Contas 2019

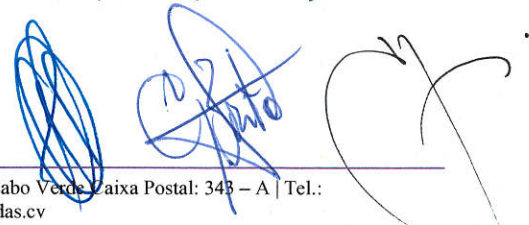
Data: Dezembro/2019



## Sobre ECV:

A Estradas de Cabo Verde, E.P.E, (doravante designada por ECV ou Empresa) é uma Empresa Pública Empresarial criada pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio, através da transformação do Instituto de Estradas (IE) e extinção do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR). O capital social da Empresa, por realizar, no montante de 65.000.000 CVE, foi subscrito na sua totalidade pelo Estado de Cabo Verde, que exerce os seus direitos como acionista através da Direção-Geral do Tesouro.

A ECV rege-se pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio de 2019, pelos seus estatutos publicados em anexo e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do sector público empresarial e das empresas públicas, consagrado no Decreto-lei nº 104/VIII/2016, de 6 de janeiro de 2016, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos, bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.



1. EVOLUÇÃO ORGÂNICA DA INSTITUIÇÃO.....	6
2. MISSÃO, COMPÊTÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES .....	7
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	8
3.1 Órgãos de Decisão.....	8
3.2 Órgãos de Consulta e Fiscalização.....	9
3.3 Modelo Orgânico.....	9
4. ENQUADRAMENTO .....	10
4.1 Identificação.....	10
4.2 Objetivo .....	10
5. ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA.....	11
5.1 GESTÃO DE RISCOS.....	11
5.2 A PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	11
5.2.1 Resultados.....	13
5.2.2 Volume de Negócios.....	14
5.2.3 Outros Rendimentos Operacionais .....	15
5.2.4 Gastos Operacionais.....	15
5.2.5 Fornecimentos e Serviços externos (FSE) .....	16
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	17
7. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	17
8. ASPETOS DE FUNCIONAMENTO .....	18
8.1 Principais atividades realizadas no ano 2019.....	18
8.1.1 Localização e Instalação da ECV .....	18
8.1.2 Concursos lançados em 2019.....	18
8.1.3 Empreitadas iniciadas/acompanhadas durante o ano 2019.....	20
9. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO.....	21
10. INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS NACIONAIS.....	25
10.1 Enquadramento.....	25
10.2 Prespetiva.....	25
11. RECEITAS DA ECV.....	26
11.1 Receitas entradas provenientes da TSMR.....	26
11.2 Receitas Diversos.....	27
11.3 Restituições da TSMR e Outras Despesas Residuais .....	28
12. EXECUÇÃO DAS EMPREITADAS .....	29
12.1 Resumo de execução financeira do Plano Anual de Manutenção Rodoviária (PAMR) .....	29

12.1.1	Contratos de Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais SEMAC – EN	31
12.1.2	Contratos Programas.....	33
12.1.3	Contratos de Empreitada financiados pelo BANCO MUNDIAL através do Transport Sector Reform Project-TSRP .....	33
12.1.4	Contratos de Empreitada e de Fiscalização financiados pela Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas Boa Vista e Maio -SDTIBM.....	34
12.1.5	Contratos de Empreitada financiados pela Direção Geral do Tesouro(DGT).....	34
12.1.6	Contratos do Programa de Requalificação Reabilitação e Acessibilidades-PRRA...	35

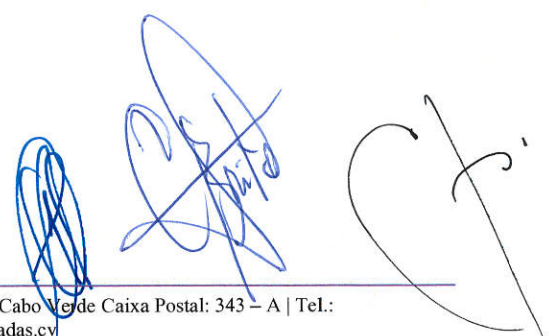


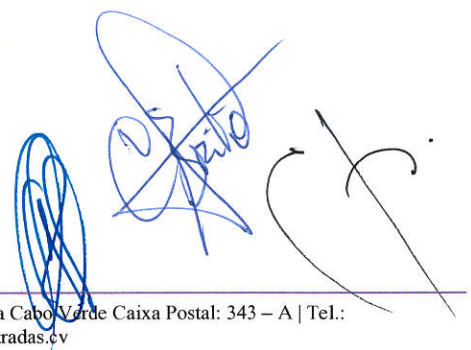
Figura 1 - Estrutura orgânica da ECV.....	8
Figura 2 - Demonstração Resultados por naturezas 2019 .....	13
Figura 3 - Receitas Entradas na ECV.....	28
Figura 4 - Execução financeira do PAMR por Ilha e Intervenção Rodoviária .....	31
Figura 5 - Execução financeira rodoviária .....	36

## 1. EVOLUÇÃO ORGÂNICA DA INSTITUIÇÃO

No quadro da implementação das orientações definidas no Programa do Governo para a IX Legislatura 2016-2021 no que se refere à adequação do quadro institucional de gestão da rede rodoviária de Cabo Verde, o Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH) decidiu avaliar a possibilidade de proceder à fusão do Instituto de Estradas (IE) e do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR) e posterior transformação em Estradas de Cabo Verde, EPE, uma entidade assente numa lógica empresarial com missão de prestação do serviço público de planeamento, construção, manutenção, reabilitação, exploração, desenvolvimento e execução da política de infraestruturas rodoviárias definida no Plano Rodoviário Nacional, numa perspetiva integrada de desenvolvimento do território e desenvolvimento económico.

Assim, foi criada em maio de 2019 e com sede na cidade da Praia – Cabo Verde, a Estradas de Cabo Verde (ECV) Entidade Pública Empresarial que sucedeu ao IE e ao FAMR, conservando a universalidade dos direitos e obrigações legais e contratuais que integram a sua esfera jurídica no momento da transformação.

A ECV é uma empresa do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e que visa imprimir maior eficácia e eficiência na conceção, construção, financiamento, conservação, exploração, alargamento e modernização da rede rodoviária nacional, concentrando numa única entidade as atribuições atualmente dispersas por diversos organismos públicos, com todas as vantagens advenientes.



## 2. MISSÃO, COMPÊTÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Estradas de Cabo Verde tem como missão promover o desenvolvimento e conservação da rede rodoviária nacional, assegurando a segurança e conforto na mobilidade e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais da estrada.

Conforme os seus Estatutos (publicados através do Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio), a ECV tem as seguintes competências e atribuições:

- Assegurar a conceção, a construção, a conservação e a exploração da rede rodoviária nacional e de todos os bens que integram o domínio rodoviário;
- Aplicar, em articulação com todas as entidades interessadas, as normas regulamentares aplicáveis ao sector e os níveis de desempenho da rede rodoviária, assegurando a sua qualidade em termos de circulação, segurança, conforto e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais;
- Contribuir, no âmbito das suas competências, para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte e promover o desenvolvimento do conhecimento e os estudos que contribuam, no âmbito das suas atribuições, para o progresso tecnológico e económico do setor rodoviário;
- Assegurar a fiscalização, o acompanhamento e a assistência técnica nas fases de execução de empreendimentos rodoviários e zelar pela sua qualidade técnica e económica, em toda as fases de execução;
- Promover a melhoria contínua das condições de circulação, com segurança e conforto para os utilizadores e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais, e assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade, nomeadamente no que se refere à ocupação das zonas envolventes;
- Manter atualizado o registo e o diagnóstico do estado de conservação do património rodoviário nacional;
- Promover a comunicação e o apoio ao utente, na perspetiva de satisfação do serviço público rodoviário nacional;
- Assegurar a participação e colaboração com outras instituições nacionais e internacionais no âmbito das suas competências;
- Promover a expropriação dos imóveis e direitos indispensáveis à conservação e exploração da rede rodoviária.

### 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A atual estrutura orgânica da ECV comporta, além dos órgãos de decisão (Conselho de Administração, apoiado por um Gabinete), de consulta (Conselho Consultivo) e de fiscalização (Fiscal Único), duas unidades: uma Unidade Técnica e uma Unidade de Gestão de Recursos, como indicado no esquema abaixo:

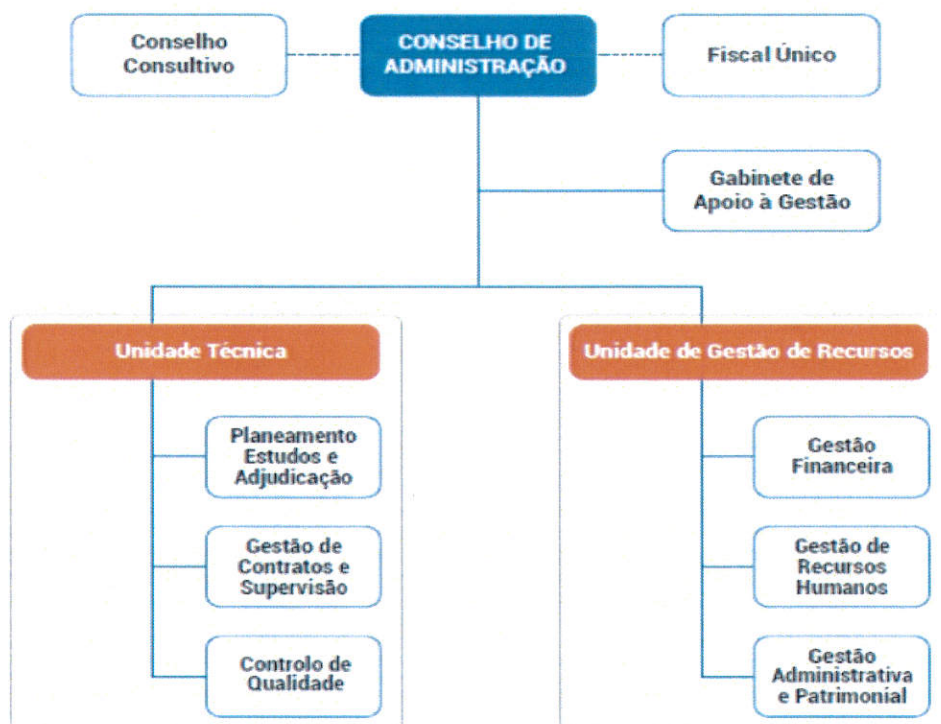


Figura 1 - Estrutura orgânica da ECV

#### 3.1 Órgãos de Decisão

Os órgãos de decisão, nomeadamente os membros do atual Conselho de Administração da ECV entraram em funções no dia 01 de setembro de 2019.

Destaca-se que durante o 2º trimestre a ECV funcionou com normalidade cumprindo as suas atividades delineadas e definidas pelos então membros do Conselho de Administração (CA) transitados do extinto Instituto de Estradas(IE), Eng.º Eduardo Lopes e Eng.º José Varela, estando em regime de gestão corrente aguardando as orientações da tutela. Durante o 3º trimestre, destaca-se a recondução dos membros do



Conselho de Administração (CA), e a nomeação do Dr. Carlos Brito, para o cargo de Vogal executivo para a área administrativa e financeira, publicado no artigo 1º e 2º da resolução nº 120/2019 de 18 de setembro de 2019.

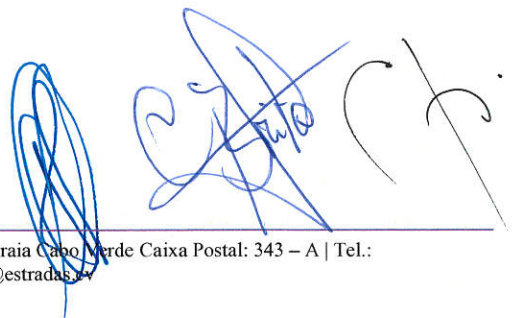
### 3.2 Órgãos de Consulta e Fiscalização

Em conformidade com as exigências impostas e pelos princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial e pelas acrescidas e complexas responsabilidades da ECV, enquanto autoridade nacional de estradas, prevê-se nomear em 2020 o órgão de Consulta (Conselho Consultivo) e o órgão de fiscalização (Fiscal Único).

### 3.3 Modelo Orgânico

A ECV está organizada num modelo e estrutura de serviços em torno dos seus órgãos sociais, através de Unidades orgânicas de coordenação. Neste sentido, dispõe de uma Unidade Técnica e uma Unidade de Gestão de Recursos dotadas de respetivos colaboradores.

À data da elaboração do presente Relatório, a ECV contava com um quadro de 21 colaboradores sendo 76% com formação de nível superior. A idade média dos colaboradores da ECV E.P.E. está compreendida entre os 30 e os 40 anos.



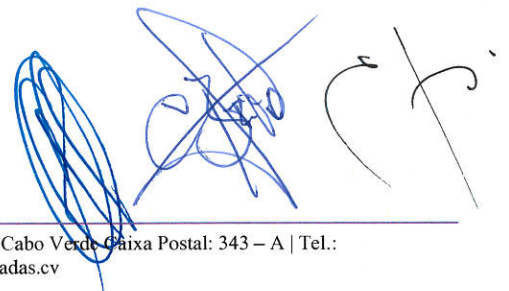
## 4. ENQUADRAMENTO

### 4.1 Identificação

Relatório de Execução Financeira da Estradas de Cabo Verde EPE (ECV): Ano de 2019.

### 4.2 Objetivo

O presente relatório expõe detalhadamente as operações de funcionamento e investimento da ECV durante o ano económico de 2019. Este documento tem por objetivo servir de ferramenta de suporte às decisões de gestão do Conselho de Administração (CA) da ECV e fornecer as informações necessárias às entidades responsáveis pela sua monitorização e fiscalização, dentre as quais citam-se o Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação (MIOTH) e o Ministério das Finanças (MF) através da Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE).



## **5. ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA**

### **5.1 GESTÃO DE RISCOS**

Considerando que a ECV é uma empresa nova e que está em fase de consolidação da estrutura organizacional, perspectiva-se o seu pleno funcionamento no próximo exercício, o Conselho de Administração juntamente com a UASE e o Fiscal Único, tem procurado o modelo que melhor se adequa à gestão de riscos.

Para a mitigação dos riscos afetos ao exercício das suas atividades, a ECV está a implementar o seu manual de procedimentos, por forma a tornar mais eficiente os processos, bem como a nível operacional como administrativo e financeiro.


Adicionalmente pretende-se implementar um plano de formação para capacitar os colaboradores da ECV, por forma a darem maior resposta aos objetivos preconizados. Por outro lado, pretende-se criar um modelo de avaliação de desempenho que permite mensurar o grau de execução das tarefas atribuídas, seus pontos fortes e fracos, dar aos gestores condições mais assertivas na tomada de decisões, assim como propor medidas que permitam uma melhor performance da instituição.

Com a implementação desses instrumentos, a ECV estará dotada das condições necessárias para fazer face as exigências do acionista e dar resposta aos riscos que poderão afetar o negócio da Empresa.

### **5.2 A PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA**

Relativamente ao balanço em 31 dezembro deve-se ter especial atenção a realização do capital social, uma vez que segundo o estatuto da ECV, de acordo do o Decreto Lei nº 20, Artigo 5º – Capital estatutário de 13 de maio, o capital estatutário da ECV – Estradas de Cabo verde E.P.E é de 65.000.000\$00 (sessenta e cinco milhões de escudos cabo-verdianos), e está integralmente subscrito pelo Estado de Cabo Verde. O capital social supramencionado encontra-se ainda por realizar.

O saldo da rubrica de Outras Reservas representa o património líquido (excesso dos ativos sobre os passivos) transferido para ECV, resultante dos bens, direitos e obrigações do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR) e do Instituto de Estradas (IE)

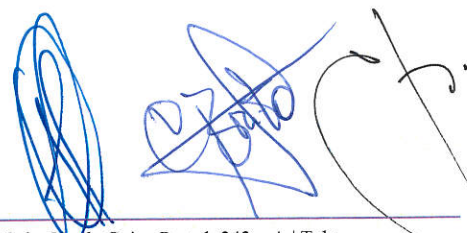


transferidos para a ECV na data da sua criação, conforme se evidencia no quadro abaixo (em mESC):

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	31.12.19
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo não corrente</b>		
Activos fixos tangíveis		
Equipamento administrativo	<b>3</b>	1 878
Activos intangíveis		
Programas de computador	<b>4</b>	1 085
Accionistas/sócios	<b>8</b>	65 000
Total do activo não corrente		67 963
<b>Activo corrente</b>		
Adiantamentos a fornecedores	<b>5</b>	265 323
Outras contas a receber	<b>6</b>	329 098
Diferimentos		19
Caixa e depósitos bancários	<b>7</b>	261 443
Total do activo corrente		855 882
<b>Total do activo</b>		<b>923 845</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital social	<b>8</b>	65 000
Outras reservas		314 655
Resultado líquido do período		( 96 975)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>282 679</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	<b>9</b>	510 201
Outras contas a pagar	<b>10</b>	130 965
Total do passivo corrente		641 166
<b>Total do passivo</b>		<b>641 166</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>923 845</b>

O prejuízo fiscal referente ao exercício de 2019 ascende a -96.975.000\$00 (noventa e seis milhões, novecentos e setenta e cinco escudos negativos). Os correspondentes impostos diferidos ativos no valor de 21.761.000\$00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e um mil escudos cabo-verdianos), não foram registados devido à imprevisibilidade na sua recuperação.



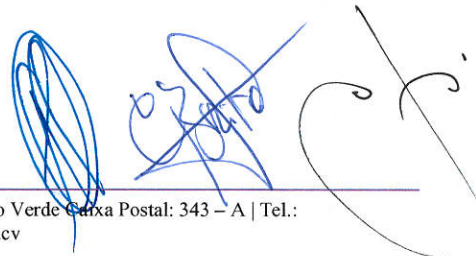
## 5.2.1 Resultados

De acordo com o quadro abaixo o EBITDA (Resultado antes de Depreciações, Gastos de financiamento e Impostos), registou, no exercício de 2019, o valor de -95.920.000 CVE (noventa e cinco milhões e novecentos e vinte mil escudos negativos). De igual modo, a atividade conduziu a um Resultado Operacional (EBIT) de -96.975.000 CVE (noventa e seis milhões, novecentos e setenta e cinco escudos negativos).

RUBRICAS	Notas	2019
Vendas e Prestações de serviços		339
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas		-
	Resultado operacional bruto	339
Fornecimentos e serviços externos	11	( 1 423 574)
	Valor acrescentado bruto	( 1 423 235)
Gastos com o pessoal	12	( 26 662)
Outros rendimentos e ganhos	13	1 387 416
Outros gastos e perdas	14	( 33 440)
	<b>Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos</b>	( 95 920)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3	( 1 055)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis		-
	<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>	<b>( 96 975)</b>
Juros e ganhos similares Obtidos		-
Juros e perdas similares suportados		-
	<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>( 96 975)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-
	<b>Resultado líquido do período</b>	<b>( 96 975)</b>

Figura 2 - Demonstração Resultados por naturezas 2019

Os resultados obtidos refletem a não realização de um conjunto de gastos operacionais inicialmente previstos no plano de negócio tais como, custos de instalação, uma vez que pretendia-se mudar as instalações da ECV para um novo edifício. Relativamente a quadro de pessoal pretendia-se contratar 4 colaboradores, sendo 3 engenheiros para o departamento técnico, e um para a área de recursos humanos. No entanto, com a conclusão do processo de recrutamento que se encontrava pendente, foi contratado um condutor. Quanto à aquisição de equipamentos, previu-se a renovação de grande parte dos equipamentos informáticos (previsto no plano estratégico) e a aquisição de duas viaturas para a renovação da frota, uma vez que a atual encontra-se totalmente amortizada e acarretando elevados custos de manutenção à instituição.




Por outro lado, deve-se ter em atenção que a ECV é uma empresa nova criada em 2019, o que de certa forma influenciou na realização das atividades definidas no plano estratégico e consequentemente na sua performance.

Para o resultado líquido negativo de 96 975, 18 CVE contribuíram:

- **Volume de negócios** de 339.000 CVE (trezentos e trinta e nove mil de escudos cabo-verdianos), representando 100% de por receitas provenientes das taxas de Serviços de manutenção Rodoviária (TSMR).
- **Gastos com pessoal** de 26.662.000 ECV (vinte e seis milhões seiscentos e sessenta e dois mil escudos)
- **Outros Gastos e perdas no valor de** 33.440.000 ECV (trinta e três milhões quatrocentos e quarenta mil escudos)
- **Gastos Operacionais** de 1 484 730 310 CVE, para os quais contribuiu com maior peso a rúbrica de Subcontratos, com um saldo de 1 402 282 000 CVE;
- **Rendimentos Operacionais**, no montante de 1 387 555 000 CVE, para os quais a rúbrica de Outros Rendimentos e Ganhos contribuiu com 1 387 416 000 CVE, representando 99,98% do total.

### 5.2.2 Volume de Negócios

Em 2019, o volume de negócios (VN) foi de 339.000 CVE, resultante principalmente da cobrança da Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviário (TSMR). De realçar que embora de acordo com o Estatuto da ECV e conforme previsto no Plano estratégico, não fomos autorizados a arrecadação do imposto sobre Consumo Especial (ICE). A não arrecadação do referido imposto teve um impacto negativo no âmbito da execução do plano estratégico.



### 5.2.3 Outros Rendimentos Operacionais

Outros Rendimentos registados em 2019 ascenderam o valor de 1 387 555 000 CVE, resultante essencialmente de cobrança de taxas pela utilização de vias Rodoviárias e vendas de dossiês de concurso.

■ Vendas e Prestações de serviços    ▾ Outros rendimentos e ganhos

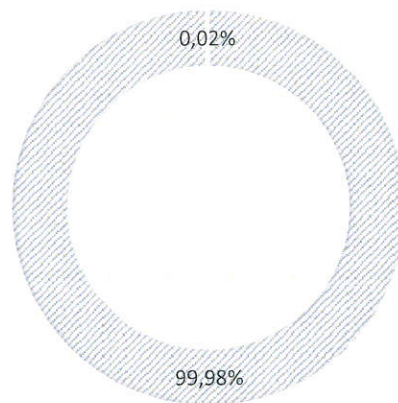


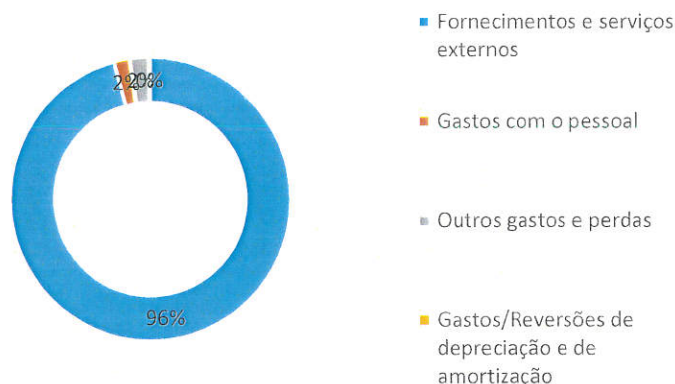
Tabela 1 - Rendimentos Operacionais 2019

### 5.2.4 Gastos Operacionais

Os gastos totalizaram em 1 484 730 310 CVE em 2019. Os Fornecimentos e Serviços Externos é a rubrica de maior peso, representando 96% do total dos gastos operacionais, seguidos dos Outros gastos e Perdas e gastos com o pessoal com aproximadamente 4% de peso sobre o total.

Gastos Gerais	Valor
Fornecimentos e serviços externos	1 423 574
Gastos com o pessoal	26 662
Outros gastos e perdas	33 440
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	1 055
<b>TOTAL</b>	<b>1 484 730,31</b>

Tabela 2 - Gastos Operacionais



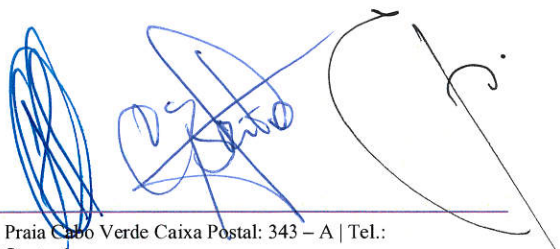
### 5.2.5 Fornecimentos e Serviços externos (FSE)

Os FSE atingiram o montante de 1 423 574 000 CVE, concentrados maioritariamente na rubrica Subcontratos-Empreitadas. As demais sub-rúbricas Comissões, Trabalhos Especializados, deslocações e Estadas e Outros FSE totalizam o restante 1% do valor total desta rubrica.



Tabela 3 - Fornecimento e Serviços Externos 2019

O não alcance das metas financeiras previstas no Plano estratégico deve-se sobretudo a não transferência pelo Estado do imposto sobre o consumo especial (ICE) e sendo a ECV - Estradas de Cabo Verde uma empresa recém-criada ainda não dispõe de todos recursos Financeiros, Técnicos e Humanos necessários para fazer face aos desafios impostos.





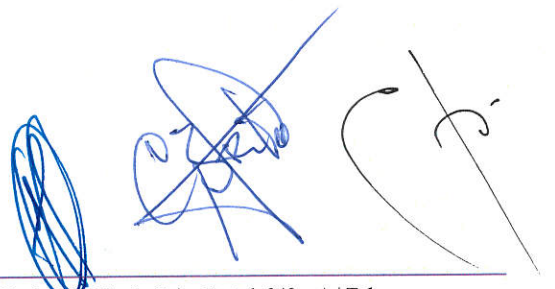
## 6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração submete à apreciação do Acionista o presente Relatório e Contas relativo a 2019, propondo que seja aprovada a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de -96.975.000 CVE (noventa e seis milhões, novecentos e setenta e cinco mil escudos) em Resultados Transitados.

## 7. APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os administradores da Estradas de Cabo Verde, enquanto responsáveis pela preparação, integridade e objetividade das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas explicativas correspondentes ao exercício findo a 31 de dezembro de 2019, declaram a conformidade destas informações os quais traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Empresa nessa data.

Declaram, igualmente, que o relatório de gestão expõe de forma fiel a evolução dos negócios, que inclui as carteiras do ativo e do passivo, estando os principais riscos identificados e avaliados convenientemente segundo as normas do SNCRF, entre outras. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 auditadas e constantes das páginas seguintes foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de janeiro de 2021, e vão ser assinadas em seu nome



## 8. ASPETOS DE FUNCIONAMENTO

### 8.1 Principais atividades realizadas no ano 2019

O ano 2019 foi um pouco atípico, pois com a criação da ECV-E.P.E., a partir de maio de 2019, teve-se que adaptar ao novo modelo organizacional, enquanto empresa.

#### 8.1.1 Localização e Instalação da ECV

Durante o Ano de 2019 a ECV operou no Prédio de Ordem dos Engenheiros, sito no 2º piso direito e 4º piso direito e esquerdo, localizado na avenida Santiago nº28, Palmarejo, cidade da Praia – Cabo Verde. Com a extinção do FAMR e a transformação de IE em ECV a instalação não satisfaz adequadamente o que são as necessidades físicas de acomodação e possibilitam a boa prestação dos serviços administrativos e operacionais da ECV.

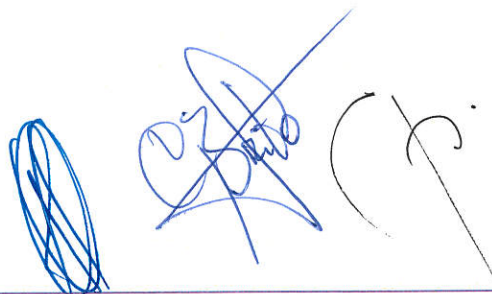
Assim, com vista a reorganização das suas instalações, a ECV iniciou em dezembro de 2019 conjuntamente com a Direção Geral do Património de Estado e as Infraestruturas de Cabo Verde, um processo de afetação de 3 (três) apartamentos (TIPOLOGIA t3) situados no piso 1 do Bloco B do condomínio Atlântico I, em Cidadela, destinado à Instalação da ECV mediante as seguintes condições:

- A comparticipação nos custos de reabilitação do condomínio no valor de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), equivalente a 50 meses de renda;
- Isenção de pagamento das rendas no edifício Ordem dos Engenheiros, a partir de janeiro de 2020 a até a efetiva instalação no condomínio Atlântico I;
- Pagamento de renda a partir do fim do período referido no primeiro ponto;

O início das obras está previsto para 2020.

#### 8.1.2 Concursos lançados em 2019

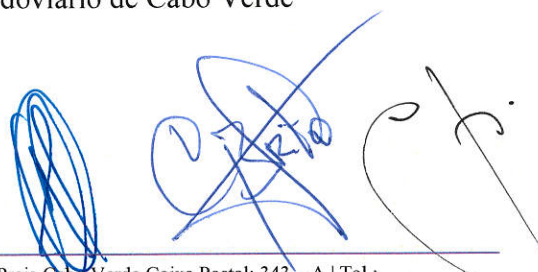
Durante o ano 2019 foram lançados vários concursos para empreitadas e fiscalização de obras



Concursos
Reabilitação da Estrada Vila de Nova Sintra - Nossa Senhora do Monte (5 km);
Reperfilamento e estabilização de Taludes na Estrada Vila de Nova Sintra - Fajã d'Água
Reabilitação/Construção da Estrada Ribeira da Cruz - Chã de Branquinho (5 km)
Reabilitação/Construção da Estrada Chã d'Igreja - Cruzinha (4 km)
Reabilitação/Construção da Estrada Esponjeiro – Lagoa (10 km)
Construção da Estrada de acesso à Figueiral (2 km)
Reabilitação/Construção da Estrada de Acesso à Martiene (3 km)
Reabilitação da Estrada Achada Igreja - Fazenda (10 km)
Reabilitação da Estrada Cutelo – Fundura (10 km)
Abertura de Acessibilidade Achada Tossa - Tabugal (4 km)
Construção da Estrada Ribeira Prata - Fragata (3 km)
1ª fase de Construção da Estrada Tomba Touro - Charco - Achada Leite - Ribeira da Barca (10 km)
Serviços de Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais (SEMAC-EN) para São Vicente (60 km)
Fiscalização da Empreitada de Reabilitação da Estrada Vila de Nova Sintra - Nossa Senhora do Monte (5 km);
Reperfilamento e estabilização de Taludes na Estrada Vila de Nova Sintra - Fajã d'Água
Fiscalização da Empreitada de Reabilitação/Construção da Estrada Ribeira da Cruz - Chã de Branquinho (5 km)
Fiscalização da Empreitada de Reabilitação/Construção da Estrada Chã d'Igreja - Cruzinha (4 km)
Fiscalização da Empreitada de Reabilitação/Construção da Estrada Esponjeiro – Lagoa (10 km)

Foram também lançados alguns concursos de consultoria, nomeadamente:

- Estudos de Vulnerabilidade e Resiliência às mudanças Climáticas para a Rede de Estradas Nacionais de Cabo Verde
- Assistência Técnica de um Consultor Individual para Execução do Projeto sobre o Estudo de Vulnerabilidade e Resiliência às mudanças Climáticas para a Rede de Estradas Nacionais de Cabo Verde, com o objetivo de apoiar no processo de Procurement, nomeadamente no desenvolvimento de critérios e sistemas de avaliação de propostas, bem como o apoio à execução de trabalhos pela Consultoria escolhida.
- Estudos de Melhoria da Eficiência do Fundo Rodoviário de Cabo Verde

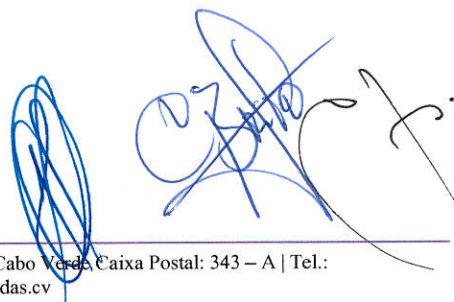


### 8.1.3 Empreitadas iniciadas/acompanhadas durante o ano 2019

Em 2019 foram realizados acompanhamento de várias empreitadas que se iniciaram em anos anteriores e ainda foi possível concluir algumas obras.

Empreitada	Conclusão
Obras de Urgência da Estrada São Domingos - Assomada	mai/2019
Construção da Estrada Cova Tina – Bangaeira	jul/2019
Reabilitação e Asfaltagem da Estrada Mindelo – Baía das Gatas	jul/2019
Reabilitação e Asfaltagem da Estrada de Salamansa	jul/2019
Construção da Estrada Bangaeira – Monte Velha	Fev/2020
Construção da Estrada Campanas de Cima - Piorno	jan/21
Reabilitação da Estrada Cidade Velha - Salineiro - Santana	Dez/20
Reabilitação da Estrada Chã de Tanque - Palha Carga - Entrepicos de Reda - Lagoa	jan/21
Reabilitação da Estrada Cruz de Picos - Boa Entradinha - Gil Bispo	mar/21
Construção da Circular do Porto Inglês (1ª fase)	fev/20
Reabilitação da Estrada Chã de Escudela – Tarrafal de Monte Trigo	jan/21
Execução da 2ª fase da Via Estruturante da Boavista e Construção da Via de Acesso a Povoação Velha	ago/20
Construção da Estrada de Acesso a Rabil	fev/20
Construção Estrada Salina (Pedra Badejo) - Ribeira dos Picos	set/21
Reabilitação da Estrada Ribeira da Cruz - Chã de Branquinho	jul/21
Reabilitação/Construção da Estrada Chã d'Igreja - Cruzinha	dez/20
Reabilitação/Construção da Estrada Esponjeiro - Lagoa	mar/20
Construção/Construção da Estrada de acesso à Figueiral	dez/20
Reabilitação/Construção da Estrada de Acesso à Martiene	dez/20
Reabilitação da Estrada Achada Igreja - Fazenda	mar/20
Reabilitação da Estrada Cutelo - Fundura	mar/20
Abertura de Acessibilidade Achada Tossa - Tabugal	dez/20
Construção da Estrada Ribeira Prata - Fragata	jan/20
1ª fase de Construção da Estrada Tomba Touro - Charco - Achada Leite - Ribeira da Barca	jan/20

Com a construção da Estrada Cova Tina – Bangaeira, aumentou-se a extensão da nossa rede viária nacional, de 1.113 km para 1.123 km.



O aumento de receitas da TSMR em 2019, permitiu alargar a percentagem de estradas abrangidas com contrato de Serviços de Manutenção Corrente, passando de 88% para 90%.

As obras de urgências executadas e concluídas na Estrada São Domingos/Assomada, não só repôs o nível de serviço nessa importante via, como também repôs o nível de segurança naquela estrada.

A Reabilitação e Asfaltagem da Estrada Mindelo – Baía das Gatas e da Estrada de Salamansa, não só aumentou os níveis de serviço dessas vias, como lhes deu um novo período de vida útil (mais 20 anos), garantido maior conforto e segurança aos transeuntes.

Também, no âmbito dos Contratos REMADOR e SEMAC-EN foram realizadas várias obras de melhorias e de urgências, a nível nacional.

Através de Contratos Programa com as Câmaras Municipais foram realizadas várias intervenções nas Estradas Municipais.

## 9. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

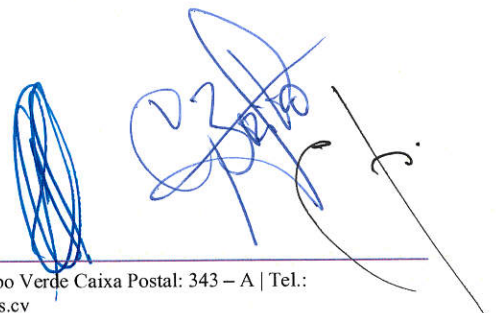
O Orçamento de funcionamento (despesas correntes) no período de maio a dezembro de 2019, financiado pelo TESOURO, foi de 60.148.289,00 CVE.

Durante o período em análise (maio a dezembro de 2019) a execução global foi no valor de 39.123.853,00 CVE, sendo 24.092.574,00 CVE referente a despesas com o pessoal e 15.031.279,00 respeitante a aquisição de bens e serviços.

Esta execução global representa uma taxa de execução orçamental de 65.04% em relação ao orçamento inicial (60.148.289,00). O saldo orçamental foi de 21.024.436,00 CVE

Para corrigir alguns défices orçamentais em algumas rubricas, no decorrer de execução orçamental foram feitas as seguintes transferências inter-rubricas:

- 50.000,00 CVE (cinquenta mil escudos cabo-verdianos) da rubrica 02.02.01.03.01-Assistência Técnica –Residentes para a rubrica 03.01.01.02.02-Ferramentas e utensílios



- 770.000,00 CVE (setecentos e setenta mil escudos cabo-verdianos) da rubrica 02.06.02.01.01-Quotas A Organismos Internacionais para a rubrica 03.01.01.03.02-Ativos fixos intangíveis;
- 35.000,00 CVE (trinta e cinco mil escudos) da rubrica 02.06.02.01.01-Quotas a Organismos Internacionais Corrente para a rubrica 02.02.02.01.01-Limpeza, Higiene e Conforto;

A Tabela 1, apresentada abaixo, ilustra as despesas de funcionamento da ECV ao longo dos 3 trimestres do ano económico de 2019. É possível observar que o grosso das despesas de funcionamento (FSA) do ECV em 2019, concentram-se nas rubricas de Pessoal Do Quadro e Assistência Técnica – Residentes. As despesas com Pessoal Do Quadro corresponderam ao montante total de 18.717.316 CVE, o equivalente a 48% do total das despesas de funcionamento da instituição. Por sua vez, as despesas com Assistência Técnica – Residentes totalizaram o montante de 4.476.440 CVE, equivalendo a 11% das despesas de funcionamento do ECV.

Tabela 4 - Despesas de Funcionamento da ECV

### Balancete de Execução Orçamental 2019

Classificação Económica	Designação da Rubrica	Orçamento Aprobado	Reforços 2019	Deduções 2019	Orçamento Retificado	Despesas 2019				Saldo Orçamental
						2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado	
	<b>RECEITAS *</b>	674 546 118	0	0	674 546 118	109 627 423	146 075 119	187 973 642	443 676 184	-
	<b>Receita Própria</b>	11 014 328				135 000	68 000	136 000	339 000	
01.03.03.01	Transferência do Saldo Acumulativo dos Anos Anteriores	8 514 328								
01.04.02.02.0 1.01.02	Taxas de ocupação do domínio público e aproveitamento dos bens de utilização	500 000						136 000	136 000	
03.01.01.02.0 1.01	Vendas de Viaturas ligeiras de passageiros	2 000 000						0	0	
01.04.02.01.0 9	Outras vendas	0				135 000	60 000	0	195 000	

	(Venda de Dossie)									
	Outras Receitas							0	0	
01.04.02.02.0 1.00.06	Taxa de serviço de manutenção rodoviária - TSMR	663 531 790	0	0	663 531 790	109 492 423	146 007 119	187 837 642	443 337 184	-
	VIVO ENERGY CABO VERDE, SA	404 754 392			404 754 392,00	65 666 276	102 729 181	91 324 456	259 719 913	-
	ENAC OL - EMPRESA NACIONAL COMBUSTIVEIS, SA	258 777 398			258 777 398	43 826 147	43 277 938	96 513 186	183 617 271	-
90.10.09.002.080	Ecv - Estradas De Cabo Verde, E. P. E Funcionamento	60 148 289	855 000	855 000	60 148 289	7 117 745	15 175 967	16 830 141	39 123 853	21 024 436
02.01	Despesas com pessoal	32 651 203	0	0	32 651 203	5 867 411	8 867 550	9 357 613	24 092 574	8 558 629
02.01.01.01.02	Pessoal do quadro	22 548 436			22 548 436	4 536 286	6 864 246	7 316 784	18 717 316	3 831 120
02.01.01.02.02	Subsídios permanentes	3 596 085			3 596 085	514 694	770 865	750 624	2 036 183	1 559 902
02.01.01.02.04	Gratificações Eventuais	220 000			220 000	0	0	0	0	220 000
02.01.01.02.07	Formação	1 261 438			1 261 438	0	0	0	0	1 261 438
02.01.01.02.09	Outros suplementos e abonos	726 000			726 000	0	0	0	0	726 000
02.01.01.03.03	Progressões	665 395			665 395	0	0	0	0	665 395
02.01.02.01.01	Contribuições para a segurança social	3 596 051			3 596 051	808 157	1 220 018	1 277 398	3 305 573	290 478
02.01.02.01.04	Seguros de acidentes no trabalho	37 798			37 798	8 274	12 421			
02.02	Aquisição de bens e serviços	20 256 196	35 000	855 000	19 436 196	1 230 833	5 267 363	7 202 218	13 700 414	5 735 782
02.02.01.00.05	Material de escritório	1 889 825	0	0	1 889 825	24 304	301 659	540 506	866 469	1 023 356
02.02.01.00.09	Material de transporte - peças	138 500	0	0	138 500	0	0	60 000	60 000	78 500
02.02.01.01.02	Combustíveis e lubrificantes	940 000	0	0	940 000	470 000	7 500	442 000	919 500	20 500
02.02.01.01.03	Material de Limpeza, Higiene e Conforto	12 164			12 164	0	9 350	2 802	12 152	12
02.02.01.01.04	Material de conservação e reparação	187 980	0	0	187 980	0	5 000	0	5 000	182 980

02.02.01.09.0	Outros bens	187 250	0	0	187 250	2 600	5 350	74 381	82 331	104 919
02.02.02.00.0	Rendas e Alugueres	960 000			960 000	0	360 000	0	360 000	600 000
02.02.02.00.0	Conservação e reparação de bens	1 424 147	0	0	1 424 147	104 600	587 563	399 830	1 091 993	332 154
02.02.02.00.0	Comunicações	1 058 977	0	0	1 058 977	33 535	290 211	603 343	927 089	131 888
02.02.02.00.0	Transportes	249 120			249 120	0	0	0	0	249 120
02.02.02.00.0	Água	343 891	0	0	343 891	0	87 016	162 170	249 186	94 705
02.02.02.00.0	Energia eléctrica	499 797	0	0	499 797	35 564	132 404	210 967	378 935	120 862
02.02.02.00.0	Publicidade e Propaganda	850 000			850 000	66 000	77 125	705 989	849 114	886
02.02.02.00.0	Representação dos serviços	238 080	0	0	238 080	0	0	0	0	238 080
02.02.02.00.0	Deslocações e estadas	3 107 252	0	0	3 107 252	184 038	906 569	676 596	1 767 203	1 340 049
02.02.02.01.0	Vigilância e segurança	234 600	0	0	234 600	58 650	58 650	117 300	234 600	0
02.02.02.01.0	Limpeza, higiene e conforto	352 600	35 000	0	387 600	66 424	135 650	180 300	382 374	5 226
02.02.02.01.0	Honorários	162 665	0	0	162 665	88 226	0	0	88 226	74 439
02.02.02.01.0	Assistência técnica - residentes	4 527 856	0	50 000	4 477 856					4 477 856
02.02.02.09.0	Outros serviços	1 691 492	0	0	1 691 492					1 691 492
02.06.02.01.0	Quotas A Organismos Internacionais Correntes	1 200 000	0	805 000	395 000					395 000
<b>02.08</b>	<b>Outras despesas</b>	<b>7 240 890</b>	<b>50 000</b>	<b>0</b>	<b>7 290 890</b>	<b>19 501</b>	<b>481 624</b>	<b>70 589</b>	<b>591 215</b>	<b>6 699 675</b>
02.08.01	Seguros	173 737	0	0	173 737	0	0	70 589	70 589	103 148
02.08.02.01.0	ID Outras Correntes	118 034	0	0	118 034	0	0	0	0	118 034
03.01.01.01.0	Edifícios Para Escritórios - Aquisições	5 500 000	0	0	5 500 000	0	0	0	0	5 500 000
03.01.01.02.0	Ferramentas e Utensílios - Aquisições		50 000	0	50 000	19 501	0	0	19 501	30 499
03.01.01.02.0	Equipamentos Administrativos	1 449 119	0	0	1 449 119	0	481 624	0	481 624	967 495
<b>03.01</b>	<b>Activos Não Financeiros</b>	<b>0</b>	<b>770 000</b>	<b>0</b>	<b>770 000</b>	<b>0</b>	<b>559 430</b>	<b>199 721</b>	<b>759 151</b>	<b>10 849</b>
03.01.01.02.0	Aquisições de equipamentos administrativos		770 000		770 000	0	559 430	199 721	759 151	10 849



## 10. INFRAESTRUTURAS RODOVIARIAS

### NACIONAIS

#### 10.1 Enquadramento

Atualmente o País conta com rede rodoviária composta por 1045 km de Estradas Nacionais (EN) e 78 km de Estradas Rurais (ER). Ainda não existe um levantamento completo quanto à rede viária Municipal.

As Estradas Nacionais e Rurais estão sob responsabilidade/gestão da ECV e as Estradas Municipais, sob a responsabilidade das respetivas Câmaras Municipais.

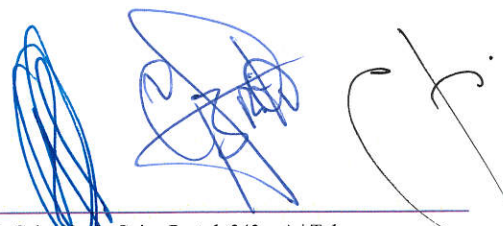
Até a presente data, 1011 km de estradas nacionais/rurais constituem objeto dos contratos de manutenção corrente, o que representa uma **taxa de cobertura de 90% da extensão da rede rodoviária nacional**. Essa cobertura de 90% em manutenção corrente contempla as estradas de todas as ilhas habitáveis.

Com esta decisão contratualizar serviços de manutenção corrente nas estradas de todas as ilhas (desde 2017), conseguiu-se um aumento considerável de níveis de serviços das estradas nacionais, tendo nesta presente data, cerca de 66% de estradas com estado de conservação Bom ou Muito Bom.

Tabela 5 - Estado de Conservação

Ilha	Estado de Conservação (km)			
	Mau	Razoável	Bom	Muito Bom
SA	18%	1%	27%	53%
SV	22%	4%	28%	45%
SN	12%	15%	42%	30%
SL	0%	66%	14%	20%
BV	27%	21%	14%	38%
MA	0%	53%	31%	16%
ST	21%	14%	21%	44%
FG	0%	2%	68%	31%
BR	3%	28%	47%	21%
Total	11%	23%	33%	33%

#### 10.2 Prespetiva



As vias principais de Cabo Verde estão consolidadas. No entanto, a ECV tem ainda o desafio de melhorar as acessibilidades no que diz respeito a algumas estradas de penetração com o objetivo de desencravar localidades e permitir o desenvolvimento da economia local, com enfoque na agricultura, pesca, comércio e turismo.

Prevê-se que até final do ano de 2020, a extensão da malha viária nacional seja aumentada de 1123 km para 1184 km.

Não obstante o aumento da extensão da rede, prevê-se um alargamento da taxa de cobertura de manutenção corrente, na ordem de 1%, passando de atual 1011 km para um total de 1076 km de extensão, abrangida pelos serviços de manutenção corrente.

## 11. RECEITAS DA ECV

### 11.1 Receitas entradas provenientes da TSMR

O Decreto-Lei nº 16/2008, de 2 de junho, estabelece a taxa devida pela prestação do serviço público de conservação e manutenção de estradas em Cabo Verde. Esta taxa, que foi oficialmente denominada de Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária (TSMR), funda-se no princípio utilizador-pagador e foi na altura afixada no valor 7,00 CVE por litro de combustível (gasolina ou gasóleo) utilizados por veículos motorizados com a finalidade de circular na rede rodoviária do país.

Posteriormente, por via do Despacho conjunto nº 229/2014, de 13 de março, corrigido pela Retificação nº 19/2014, de 28 de março, a TSMR foi atualizada para o valor de 8,00 CVE por litro de combustível, valor qual vigora até à presente data. O Decreto-Lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro, alterou o Decreto-Lei nº 16/2008, de 2 de junho, que já tinha sido previamente alterado pelo Decreto-Lei nº 47/2010, de 1 de novembro.

Na versão mais recente da legislação que estabelece a taxa devida pela prestação do serviço público de conservação e manutenção de estradas em Cabo Verde, prevê-se que o valor da TSMR seja atualizado anualmente por Despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e das Infraestruturas, sob proposta do Conselho de Administração da ECV, e isto a realizar-se de acordo com a evolução da taxa de inflação.

A determinação legal de que a TSMR deve ser atualizado consoante a inflação e não

consoante as necessidades reais de realização de intervenções rodoviárias de manutenção, reabilitação, urgências e melhorias identificadas no Plano Anual de Manutenção Rodoviária (PAMR), é um aspeto que prejudica o que é o objeto ou a missão da ECV.

Verifica-se que durante o ano em referência, das receitas entradas, cerca de 58% provenientes da arrecadação da TSMR, foi transferida pela empresa VIVO ENERGY.

De acordo com a legislação da TSMR, as empresas fornecedoras de combustível têm direito a receber uma compensação pelos custos incorridos no integral cumprimento das obrigações decorrentes no presente diploma, correspondente a 1,5% do montante das taxas de arrecadadas e entregues a ECV. Em 2019 foram compensadas as empresas um montante de 4.597.502 CVE.

## 11.2 Receitas Diversos

A ECV tem outras receitas nomeadamente a taxa de ocupação do domínio público e aproveitamento dos bens de utilização e outras vendas (venda de dossiê de concursos públicos).

No entanto, até o término do ano em apreço, foi arrecadado receitas no âmbito de vendas de dossier, cobrança de taxas, transferências de garantia e protocolo entre ECV e DGPOG-MIOTH, no montante global de 339.000.000. Desse total 195.000 CVE referente a venda de dossier, 144.000 CVE correspondente da cobrança de taxas. Essas arrecadações teve as seguintes procedências sendo:

- 30.000 ECV (trinta mil escudos) venda de dossier de concurso no âmbito da Abertura de Acessibilidade (TB) entre as localidades-Achada Tossa/Tabugal (Ilha de Santiago);
- 20.000 ECV (vinte mil escudos) concernente a venda de dossier de concurso no âmbito Reabilitação da Estrada de Acesso a Martiene - Ilha de Santo Antão;
- 40.000 ECV (quarenta mil escudos) relativa a venda de dossier de concurso no âmbito Acessibilidade (TB) entre as localidades-Tomba Touro/Charco/Achada Leite/Ribeira da Barca (Ilha de Santiago);
- 45.000 ECV (quarenta e cinco mil escudos) proveniente da venda de dossier de concurso no âmbito da Fiscalização de Trabalho de Reabilitação em Estradas

- 60.000 ECV (sessenta mil escudos) proveniente da venda de dossier no âmbito de Reabilitação da Estrada en3-br-02-Vila Nova Sintra/Nossa Senhora –Brava;
- 8.000 ECV (oito mil escudos) referente a cobrança de taxas pelos serviços prestados pela ECV.
- 136.000 ECV (cento e trinta e seis mil escudos) referente a cobrança de taxas pelos serviços prestados pela ECV.

O Gráfico 2, apresentado a seguir, revela os montantes das Receitas da TSMR e diversos (taxa de ocupação/vendas de dossiê) que entraram na conta da ECV durante o ano em apreço.



Figura 3 - Receitas Entradas na ECV

Fonte: ECV | VIVO ENERGY | ENACOL

### 11.3 Restituições da TSMR e Outras Despesas Residuais

O Decreto-Lei nº 16/2008, de 2 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 47/2010, de 1 de novembro, e pelo Decreto-Lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro, ao estabelecer a taxa devida pela prestação do serviço público de conservação e manutenção de estradas (TSMR), também estabelece por via do Artigo 14º, atualmente 15º, que aquele que

provar ter adquirido combustível que não se destine à circulação rodoviária e em cujo preço esteja incluído a taxa, tem direito à restituição do respetivo valor.

Foram restituídos aos operadores passivos à circulação rodoviária aquando da compra do combustível nos postos de venda das petrolíferas VIVO ENERGY e ENACOL, um montante total de 33.405.000.

Para as entidades com dificuldades na realização do pedido online a ECV tem um acordo de serviço herdado do anterior Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR) para que os pedidos de restituição fossem realizados nos seus balcões de atendimento presencial. Entretanto, a ECV paga para este serviço um total de 73.458 CVE mensalmente. Durante o ano de 2019 os montantes pagos totalizaram 587.664 CVE.

## 12. EXECUÇÃO DAS EMPREITADAS

### 12.1 Resumo de execução financeira do Plano Anual de

#### Manutenção Rodoviária (PAMR)

A Tabela 2, apresentada a seguir, evidencia por ilha e por tipo de intervenção rodoviária o montante empregue ao longo do período com vista à implementação do PAMR. O financiamento do PAMR ao longo do período em análise foi inteiramente sustentado pelas verbas provenientes da arrecadação da TSMR, que de acordo com o Decreto-Lei nº 63/2016, de 23 de dezembro, estabelece à partida que dos 82% da verba destinada à realização de despesas em intervenções na rede rodoviária, 60% seja com destino às obras e serviços de manutenção, 20% ao financiamento das obras de urgência (Trabalhos de urgências) e 20% para o financiamento das obras em estradas municipais (intervenções municipais).

Outra informação relevante na análise da Tabela 2 e do Gráfico 3, apresentados abaixo, é saber que as intervenções rodoviárias financiadas no âmbito do PAMR contemplam as Estradas Nacionais (EN) e municipais (EM) que constam do Anexo I do Decreto-Lei nº 54/2015, de 1 de outubro, que estabelece a classificação administrativa e a gestão das vias rodoviárias de Cabo Verde, bem como define os Níveis de Serviço a que as mesmas devem obedecer. Para uma melhor compreensão do presente capítulo aconselha-se, portanto, uma breve consulta ou revisão do referido Decreto-Lei.

Olhando para a Tabela 2 percebe-se de imediato que, a ilha de Santiago, com cerca de 3638 km de EN e 3179 km de EM, obteve ao longo do período maior financiamento no âmbito da implementação do PAMR, visando realizar intervenções rodoviárias de manutenção nas suas estradas. Dos 676.745.611 CVE empregues no PAMR durante este período, 119.388.455 CVE, o equivalente a 25% da totalidade, destinou-se a dar cobertura à realização de obras e serviços de manutenção e intervenções rodoviárias municipais na ilha da capital.

A segunda ilha de maior dimensão no âmbito da implementação do PAMR foi a ilha de Santo Antão, que entre obras e serviços de manutenção e trabalhos de urgências recebeu a totalidade de 59.414.446 CVE, o equivalente a 12% do total dos recursos empregues. A ilha de Santo Antão é também a segunda maior de Cabo Verde no que se refere à extensão rodoviária, somando cerca de 250 km de estradas entre nacionais e municipais.

O PAMR não financiou trabalhos de melhorias e reabilitações (não programadas) dando assim cumprimento ao diploma que estabelece e regula a distribuição da TSMR.

Tabela 6 - Execução financeira do PAMR por Ilha e Intervenção Rodoviária

PARTE	A	B	C	D	E	-	-
Intervenção Rodoviária	Obras e serviços de manutenção	Trabalhos de melhorias	Reabilitações não programadas	Trabalhos de urgências	Intervenções Municipais	Total	Part. (%)
Santiago (Lote 01 e 02)	36 104 347			614 284	82 669 824	119 388 455	25%
Fogo	27 070 584				14 169 824	41 240 408	9%
Santo Antão	29 435 787			11 893 747	18 084 912	59 414 446	12%
São Nicolau	12 421 567			7 015 372	8 169 824	27 606 763	6%
Maio	10 041 697				4 084 912	14 126 609	3%
São Vicente	8 860 193					8 860 193	2%
Boa Vista	8 162 072				4 084 912	12 246 984	3%
Sal	4 595 562			4 347 000	5 000 000	13 942 562	3%
Brava	4 901 760				4 084 912	8 986 672	2%
Diversas Ilhas	3 661 417			174 196 524		177 857 941	37%
<b>Total</b>	<b>145 254 986</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>198 066 927</b>	<b>140 349 120</b>	<b>483 671 033</b>	<b>100%</b>
<b>Part. (%)</b>	<b>30%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>41%</b>	<b>29%</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>

Fonte: ECV

No Gráfico 3, apresentado a seguir, é possível constatar que as obras de trabalhos de urgências e os serviços de manutenção, foram as duas modalidades de intervenção na rede rodoviária que mais consumiram recursos no âmbito da implementação do PAMR, com 41% e 30% da totalidade, respetivamente (ver Tabela 2). Seguem as intervenções

rodoviárias municipais, que podem ser de ordem diversa<sup>1</sup>, na terceira posição, com 29% do total dos recursos consumidos.

Tanto na análise da Tabela 2 como do Gráfico 3, faz-se necessário esclarecer que “Diversas Ilhas” é representativa das despesas realizadas com intervenções rodoviárias de ordem variada, cujo budget não foi inicialmente programado no PAMR aprovado para uma estrada ou localidade em particular.

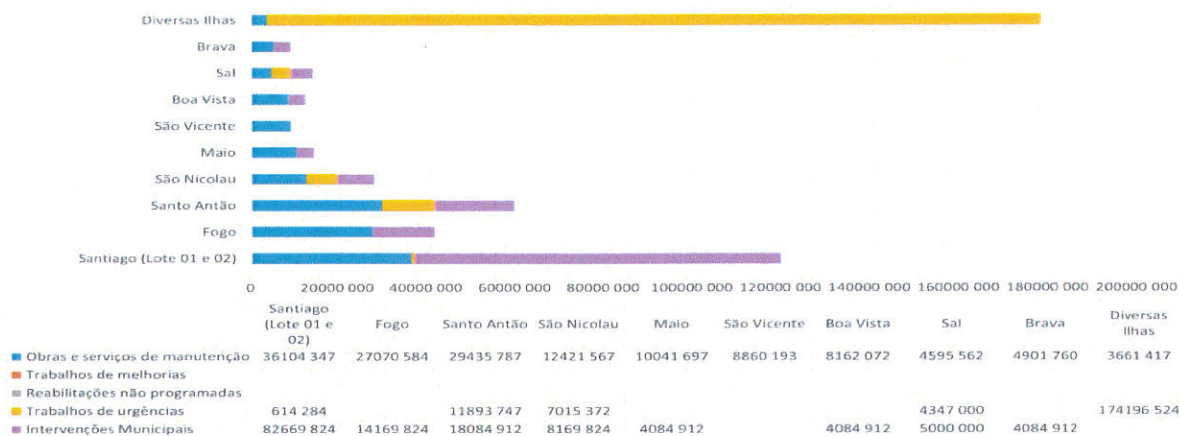


Figura 4 - Execução financeira do PAMR por Ilha e Intervenção Rodoviária

Fonte: ECV

### 12.1.1 Contratos de Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais SEMAC – EN

Em 2018 o extinto IE celebrou, contratos de empreitada denominados SEMAC – EN, com o objetivo de assegurar a boa gestão e manutenção, das Estradas Nacionais nas Ilhas de Boavista, Sal e São Nicolau, sendo, 48.612.520 CVE para a Ilha de Boavista e 42.694.294 CVE para a Ilha do Sal e 112.493.521 CVE para a Ilha de São Nicolau.

Em 2019, foi celebrado contratos SEMAC-EN para as ilhas de Santiago Lote -01, Brava, São Vicente e Maio no valor de 74.114.095 CVE e 53.582.284 CVE, 35.527.732 CVE e 43.925.797 CVE respetivamente.

O montante contratual global para as empreitadas SEMAC – EN é de 410.950.243 CVE e durante o período em análise o valor total desembolsado no âmbito dos contratos SEMC-EN foi de 90.519.089 CVE, conforme discriminados no quadro a seguir:

<sup>1</sup> As intervenções municipais subdividem-se, por sua vez, em obras e serviços de manutenção, trabalhos de melhorias, reabilitações e trabalhos de urgências, conforme necessidade particular de cada Município e dos projetos aprovados

ILHA	EMPRESA	TIPO DE TRABALHO	MONTANTE CONTRATUAL	MONTANTE PAGO
BOA VISTA	SPENCER CONSTRUÇÕES	MANUTENÇÃO	20.619.975	8.162.072
		URGÊNCIA	12.466.684	9.001.591
		REABILITAÇÃO	15.525.861	0,0
<b>TOTAL SEMAC- EN BOA VISTA</b>			<b>48.612.520</b>	<b>17.163.663</b>
SAL	SPENCER CONSTRUÇÕES	MANUTENÇÃO	13.288.362	4.595.564
		URGÊNCIA	16.001.709	4.347.000
		REABILITAÇÃO	13.404.223	0,0
<b>TOTAL SEMAC EN SAL</b>			<b>42.694.294</b>	<b>8.942.564</b>
SANTIAGO LOTE ST – 01	TECNOVIA, CABO VERDE	MANUTENÇÃO	44.599.763	10.718.874
		URGÊNCIA	17.674.471	0,0
		MELHORIAS	1.839.861	0,0
<b>TOTAL SEMAC- EN –SANTIAGO - LOTE ST- 01</b>			<b>74.114.095</b>	<b>10.718.874</b>
SÃO NICOLAU	SPENCER CONSTRUÇÕES	MANUTENÇÃO	34.700.187	12.421.568
		URGÊNCIA	51.989.767	13.427.817
		REABILITAÇÃO	25.803.567	0,0
<b>TOTAL SEMAC- EN SÃO NICOLAU</b>			<b>112.493.521</b>	<b>25.849.385</b>
BRAVA	ELEVATION ENGENHARIA	MANUTENÇÃO	13.071.360	7.624.960
		URGÊNCIA	15.680.464	6.421.532
		MELHORIAS	24.830.460	0,0
<b>TOTAL SEMAC- EN BRAVA</b>			<b>53.582.284</b>	<b>11.323.292</b>
MAIO	TECHNOR- SOCIEDADE UNIPessoal	MANUTENÇÃO	12.029.763	2.004.961
		URGÊNCIA	3.218.850	0,0
		REABILITAÇÃO	28.677.184	5.656.158
<b>TOTAL SEMAC- EN –MAIO</b>			<b>43.925.797</b>	<b>7.661.119</b>
SÃO VICENTE	TECNOVIA, CABO VERDE	MANUTENÇÃO	11.829.958	3.193.643
		URGÊNCIA	11.469.729	0,0
		REABILITAÇÃO	12.228.045	5.666.549
		MELHORIAS		
<b>TOTAL SEMAC- EN –SÃO VICENTE</b>			<b>35.527.732</b>	<b>8.860.192</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>410.950.243</b>	<b>90.519.089</b>



### 12.1.2 Contratos Programas

Com vista ao financiamento dos projetos apresentados pelas Câmaras Municipais no início do ano económico, durante o período em apreço foi celebrado Contratos Programas que equivaleram a um total de desembolso no valor de 140.349.120CVE. A tabela 3, a seguir apresentado, indica o valor contratual de cada município, bem como os valores desembolsados:

Tabela 8 - Execução financeira do PAMR- Contratos Programa

ILHAS	MUNICIPIOS	MONTANTE CONTRATUAL	MONTANTE PAGO
SA	Porto novo	7 000 000	7 000 000
	Paul	4 084 912	4 084 912
	Ribeira Grande	7 000 000	7 000 000
SN	Ribeira Brava	4 084 912	4 084 912
	Tarrafal S. N.	4 084 912	4 084 912
SV	São Vicente	6 000 000	-
SL	Sal	5 000 000	5 000 000
BV	Boa Vista	4 084 912	4 084 912
MA	Maio	4 084 912	4 084 912
ST	Santa Catarina	15 000 000	15 000 000
	S. Domingos	4 084 912	4 084 912
	Tarrafal	5 500 000	5 500 000
	Santa Cruz	7 000 000	7 000 000
	Ribeira Grande	5 000 000	5 000 000
	São Miguel	10 000 000	10 000 000
	S. L. Órgãos	4 084 912	4 084 912
	S. S. do Mundo	5 000 000	5 000 000
	Praia	27 000 000	27 000 000
FG	São Filipe	6 000 000	6 000 000
	Santa Catarina	4 084 912	4 084 912
	Mosteiros	4 084 914	4 084 912
BA	Brava	4 084 912	4 084 912
	<b>TOTAL</b>	<b>146 349 122</b>	<b>140 349 120</b>

Fonte: ECV

### 12.1.3 Contratos de Empreitada financiados pelo BANCO MUNDIAL através do Transport Sector Reform Project-TSRP

Devido à limitação estabelecida pela lei, no diploma que estabelece e regula a distribuição da TSMR, a ECV recorre a outros financiadores para realização das obras e serviços

rodoviários que não são permitidos executar com a recolha da TSMR. O Banco Mundial, representado pela TSRP financia diversas empreitadas no âmbito dos Contratos REMADORES.

Em 2019 o total de desembolsos efetuado através do financiamento do Banco Mundial, um valor total de 305.578.887 CVE, sendo distribuídos da seguinte forma:

- Ilha de Santiago (Praia/Tarrafal): obras de Urgência nas estradas nacionais, devido aos danos provocados pelas chuvas de 2015, foi desembolsado um valor total de 21.269.888CVE e 1.612.308CVE referente a fiscalização da mesma obra;
- Ilha da Brava (Vila Nova Sintra/Nossa Senhora do Monte/Bretelle, Espradinha: foi pago o adiantamento de 10% no valor de 19.298.856CVE, referente aos trabalhos de Reabilitações das estradas nacionais;
- Ilha de Santo Antão: foram desembolsados 114.763.203CVE em trabalhos de Reabilitação e de Fiscalização.
- Ilha de Santiago (lote 2,3,4 e 5): distribuídas em quatro (4) foram desembolsados um montante de 147.295.032 CVE em trabalhos de reabilitação e fiscalização sendo: 57.012.859CVE- Lote2, 29.382.395 CVE-Lote3, 36.401.197CVE-Lote4, 11.109.300CVE- Lote5 e 13.389.281CVE para fiscalização de todos os lotes;
- Consultoria: foi pago o adiantamento de 10% no valor de 1.339.600CVE para serviços de consultoria para o melhoramento da eficiência e eficácia do extinto FAMR.

#### **12.1.4 Contratos de Empreitada e de Fiscalização financiados pela Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas Boa Vista e Maio -SDTIBM**

Com o propósito de alavancar o turismo nas ilhas de Boa Vista e Maio a SDTIBM, financiou as outras da 2ª fase da Via Estruturante da Ilha de Boa Vista (tramo Aeroporto – Rotunda das Pedras) e da Via de Acesso à Povoação Velha. Deste projeto os desembolsos correspondentes as obras de execução bem como as de fiscalização, totalizaram um montante de 150.866.290 CVE, sendo 143.391.520CVE para execução e 7.474.770 CVE para fiscalização.

#### **12.1.5 Contratos de Empreitada financiados pela Direção Geral do Tesouro(DGT)**

Enquadrado no Programa de Emergência –Erupção Vulcânica do Fogo, do Governo, foram celebrados alguns contratos de empreitadas rodoviárias que foram financiados pela Direção Geral do Planeamento de Orçamento e Gestão-DGPOG da DGT. Deste financiamento foram desembolsados em 2019 cerca de 76.937.534CVE, sendo:

- 54.272.390CVE para intervenções nas estradas de Cova Tina/Portela/Bangadeira;
- 22.665.144CVE empregue nas obras de reabilitação e fiscalização das estradas de Campanas de Cima/Piorno;

### 12.1.6 Contratos do Programa de Requalificação Reabilitação e Acessibilidades-PRRA

O quadro abaixo apresenta os desembolsos efetuados em 2019, no âmbito do Programa do Governo-PRRA:

*Tabela 9 - Desembolsos efetuados em 2019 - PRRA*

ILHA	EMPRESA	TIPO DE TRABALHO	MONTANTE CONTRTUAL	MONTANTE PAGO
SA	Spencer Construções & Imobiliária	Reabilitação da ER -SA-02, Ribeira da Cruz - Chã de Branquinho	161.843.737	16.184.373
SA	Spencer Construções & Imobiliária	Reabilitação - EN3 -SA-08 ,Esponjeiro - Lagoa	123.661.759	12.366.175
SA	Empreitel Figueiredo/Elevation	Reabilitação - EN3 -SA-06, Trecho Chã de Igreja - Cruzinha	177.968.509	17.796.884
SA	Armando Cunha	Construção da Estrada ER-SA-06, Entroncamento -ER-SA-03-Figueiral	137.396.250	13.739.625
SA PRRA 25	Empreitel Figueiredo - Elevation Engenharia	Construção da Estrada I EM -PN-09, Ribeira da Cruz - Martiene	106.372.402	10.637.240
SN	Technor - Sociedade Unipessoal - Construções Pró Santana LDA.	Reabilitação da - ER -SN-01, Ribeira da Prata - Fragata	138.582.011	13.858.202
ST	Construção Barreto	Construção da Estrada de Acesso às Localidades- Tomba Touro -Charco - Achada Leite – Ribeira da Barca	69.429.677	6.942.968
ST	Construção Barreto	Construção da Estrada de Acesso às Localidades - Achada Toussa - Tabugal	18.302.978	1.830.298

<b>BV</b>	Elevation Engenharia-Armando Cunha	Trabalhos à Mais Resultantes da Execução da Via de Acesso a Rabil	67.219.883	0,0
<b>FG</b>	ELEVOLUTION ENGENHARIA	Reabilitação Campanas de Cima Piorno	60.678.478	60.678.478
<b>SV</b>	TECNOVIA,CV LDA	Reabilitação e asfaltagem EN2-SV-01 – Mindelo-Baía das Gatas	363.042.959	257.640.640
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>1.424.498.643</b>	<b>411.674.883</b>

O gráfico 5 abaixo apresentando, é possível constatar que da execução financeira rodoviária referente ao ano económico de 2019, a ECV e o PRRA foram as instituições com maior percentagem de financiamento, sendo 36% para a ECV e 31% para o PRRA.

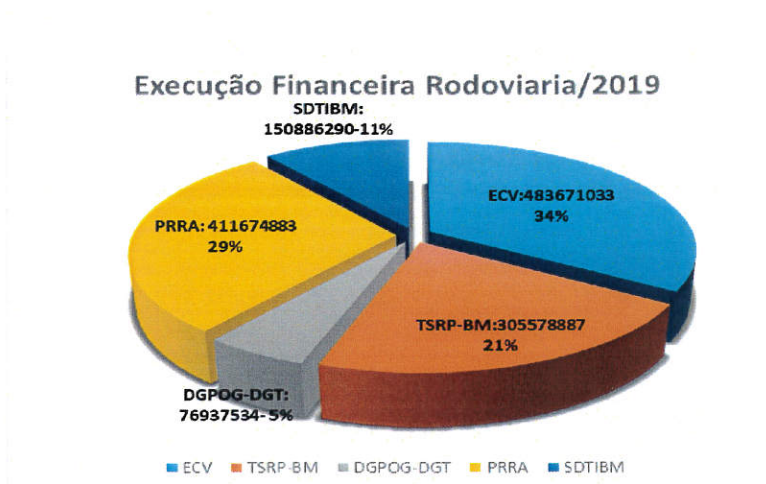


Figura 5 - Execução financeira rodoviária

Fonte: ECV





---

Eduardo Lopes / Presidente

---

José Varela / Vogal Executivo

  
Carlos Brito / Vogal Executivo

## 13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signature and scribble in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name, possibly "Rafael". Below it is a large, circular scribble.

**ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.**

Sede: Av. Santiago - Palmarejo

NIF: 253198097

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	31.12.19
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo não corrente</b>		
Activos fixos tangíveis		
Equipamento administrativo	<b>3</b>	1 878
Activos intangíveis		
Programas de computador	<b>4</b>	1 085
Accionistas/sócios	<b>8</b>	65 000
Total do activo não corrente		67 963
<b>Activo corrente</b>		
Adiantamentos a fornecedores	<b>5</b>	265 323
Outras contas a receber	<b>6</b>	329 098
Diferimentos		19
Caixa e depósitos bancários	<b>7</b>	261 443
Total do activo corrente		855 882
<b>Total do activo</b>		<b>923 845</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital social		65 000
Outras reservas		314 655
Resultado líquido do período		( 96 975)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>282 679</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	<b>9</b>	510 201
Outras contas a pagar	<b>10</b>	130 965
Total do passivo corrente		641 166
<b>Total do passivo</b>		<b>641 166</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>923 845</b>

O contabilista Certificado



O Conselho de Administração



**ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.**

Sede: Av. Santiago - Palmarejo

NIF: 253198097

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 13 DE MAIO DE 2019 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	2019
Vendas e Prestações de serviços		339
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas		-
Resultado operacional bruto		339
Fornecimentos e serviços externos	<b>11</b>	( 1 423 574)
Valor acrescentado bruto		( 1 423 235)
Gastos com o pessoal	<b>12</b>	( 26 662)
Outros rendimentos e ganhos	<b>13</b>	1 387 416
Outros gastos e perdas	<b>14</b>	( 33 440)
<b>Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos</b>		( 95 920)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	<b>3</b>	( 1 055)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciaáveis/amortizáveis		-
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 96 975)</b>
Juros e ganhos similares Obtidos		-
Juros e perdas similares suportados		-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 96 975)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>( 96 975)</b>

O contabilista Certificado



O Conselho de Administração





ECV - ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.

Sede: Av. Santiago - Palmarejo

NIF: 253198097

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 13 DE MAIO DE 2019 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital				Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Outras reservas	Resultado líquido do período	Total	
<b>1</b>						
<b>POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2019</b>						
<b>ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO</b>						
<b>Resultado líquido do período</b>				( 96 975)	( 96 975)	( 96 975)
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						
Alterações nas políticas contabilísticas e as correções de erros						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos			314 655			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			314 655			
<b>2</b>						
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>				( 96 975)	217 679	217 679
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>						
Realizações/Subscrição de capital		65 000				
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Entradas para cobertura de perdas						
Outras operações com detentores de capital						
<b>3</b>						
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
...						
<b>65 000</b>						
<b>65 000</b>						
<b>65 000</b>						
<b>65 000</b>						
<b>4</b>						
<b>1+2+3+4</b>	<b>8</b>	<b>65 000</b>	<b>314 655</b>	<b>( 96 975)</b>	<b>282 679</b>	<b>282 679</b>

O contabilista Certificado



**ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.**

Sede: Av. Santiago - Palmarejo

NIF: 253198097

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 13 DE MAIO DE 2019 (DATA DE CONSTITUIÇÃO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	2019
<b>Método Directo</b>		
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>		
Recebimentos de TSMR		<b>443 337</b>
Pagamentos a fornecedores		<b>( 388 777)</b>
Pagamentos ao pessoal		<b>( 24 492)</b>
Caixa gerada pelas operações		30 068
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		<b>( 278)</b>
Outros recebimentos/ pagamentos		<b>232 893</b>
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		262 683
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis		( 482)
Activos intangíveis		( 759)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		( 1 241)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>261 443</b>
<b>Efeito das direções de câmbio</b>		-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>7</b>	<b>261 443</b>

O contabilista Certificado



O Conselho de Administração



## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Todos os montantes estão expressos em Escudos Cabo-Verdianos - CVE)

### INFORMAÇÃO GERAL

A Estradas de Cabo Verde, E.P.E, (doravante designada por ECV ou Empresa) é uma Empresa Pública Empresarial criada pelo Decreto-lei n° 20/2019, de 13 de maio, através da transformação do Instituto de Estradas (IE) e extinção do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR). O capital social da Empresa, realizado; no montante de 65.000.000 CVE, é detido na sua totalidade pelo Estado de Cabo Verde, que exerce os seus direitos como acionista através da Direção-Geral do Tesouro.

Assim sendo, a ECV sucede automaticamente o IE e o FAMR, conservando a universalidade dos direitos e obrigações, legais e contratuais, que integram a sua esfera jurídica no momento da transformação.

A ECV – Estradas de Cabo Verde; reveste a natureza de empresa pública, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial próprio, sujeita-se à tutela e superintendência do membro do Governo responsável pelas infraestruturas; e ao exercício e controlo dos direitos do acionista Estado, através do membro do Governo responsável pelas Finanças. Tem como objeto a prestação de serviço público, em moldes empresariais, de planeamento, construção, manutenção, reabilitação, exploração, desenvolvimento e execução da política de infraestruturas rodoviárias definidas no Plano Rodoviário Nacional.

A ECV rege-se pelo Decreto-lei n° 20/2019, de 13 de maio de 2019, pelos seus estatutos publicados em anexo e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do sector público empresarial e das empresas públicas, consagrado no Decreto-lei n° 104/VIII/2016, de 6 de janeiro de 2016, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos, bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

### NOTA 0 - REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei n°5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 12 de Janeiro de 2021.



## NOTA 1 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

### 1.1. Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados pelo custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido de despesas de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e, caso houver, de perdas de imparidade (ver Notas 1.3 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento transporte	5-8
Equipamento básico	4-10
Equipamento administrativo	4-10

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente.

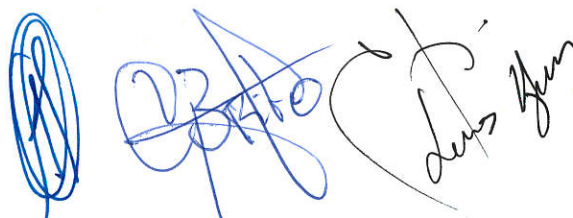
Os ativos fixos tangíveis doados à Empresa por terceiros são apresentados nas respetivas rubricas com contrapartida na rubrica Subsídios para investimentos (ver Nota 6), sendo depreciados na mesma base e às mesmas taxas que os restantes bens de natureza idêntica adquiridos pela Empresa, sendo o respetivo gasto compensado em outros rendimentos e ganhos (ver Nota 14), pela redução, em igual montante, da rubrica Subsídios para Investimentos.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 1.2. Ativos intangíveis e amortizações

Os ativos intangíveis estão valorizados pelo custo de aquisição e as amortizações são calculadas de acordo com a portaria 42/2015 de 24 de agosto, tendo sido usado para o respetivo cálculo o método das quotas constantes.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas, caso houver (ver Nota 1.3 e 4).



### **1.3. Imparidade de ativos**

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

### **1.4. Caixa e depósitos bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses.

### **1.5. Capital próprio**

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

### **1.6. Impostos único sobre o rendimento e imposto diferidos**

Com a publicação da Lei n° 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que



os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não Corrente.

#### **1.7. Reconhecimento do rédito**

O rédito compreende ao valor da Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária (TSMR) cobrado por via das petrolíferas aos utentes das rodovias em Cabo Verde. Esta taxa é cobrada ao abrigo do Decreto-lei n° 7/2014, de 12 de fevereiro.

Como rédito, também são reconhecidos os proveitos provenientes das obras financiadas pelos financiadores através de contratos programas assinados.

#### **1.8. Gestão de riscos financeiros**

Existe uma exposição muito reduzida a riscos financeiros em virtude de as transações serem em moeda nacional e a Empresa ter as suas disponibilidades integralmente em moeda nacional.

##### **(i) Risco cambial**

O risco cambial é reduzido, dado que a Empresa celebra os contratos em moeda nacional ou no valor equivalente com o câmbio à data, privilegiando o Euro como moeda de referência devido à paridade fixa com o Escudo Cabo Verdiano.

##### **(ii) Risco da taxa de juro**

A Empresa não contraiu, até à data do balanço, qualquer financiamento.

##### **(iii) Risco de crédito**

Sendo as obras precedidas da disponibilização de fundos, não se considera existir risco de crédito.

#### **1.9. Especialização de exercícios**

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas no balanço nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar.

#### **1.10. Responsabilidades assumidas para com o pessoal**

Em conformidade com o Decreto - Legislativo n° 5/2007, de 16 de outubro de 2007, que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, em vigor a partir de abril de 2008, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias remuneradas, anualmente, que se vencem no dia 1 de janeiro de cada ano, representando um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.



A Empresa reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem aos gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica “Outras contas a pagar”.

Os trabalhadores da Empresa encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Empresa e qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

### 1.11. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expetável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

### NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXAS

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais as variações de justo valor não sejam significativas.

### NOTA 3 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	<u>EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE</u>	<u>EQUIPAMENTO ADMINISTRATIV</u>	<u>OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u>
<b>Ativo Bruto:</b>			
Transferências			
Instituto de Estradas	2 620	3 295	21
FAMR	-	882	-
Adições	-	189	-
Saldo final	<u>2 620</u>	<u>4 366</u>	<u>21</u>
<b>Depreciações acumuladas:</b>			
Transferências			
Instituto de Estradas	( 2 432)	( 1 577)	( 21)
FAMR	-	( 347)	-
Depreciação do exercício	( 188)	( 563)	-
Saldo final	<u>( 2 620)</u>	<u>( 2 487)</u>	<u>( 21)</u>
<b>Valor escriturado</b>	<u>-</u>	<u>1 878</u>	<u>-</u>

As transferências correspondem aos ativos anteriormente de propriedade do Instituto de Estradas (IE) e o Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR). O valor líquido dos bens transferidos, no montante de mESC 2 441, foi registo por contrapartida de Outras Reservas (ver Nota 8).

## NOTA 4 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	<u>mESC</u>
<b>Ativo Bruto:</b>	
Transferências	
Instituto de Estradas	295
FAMR	617
Adições	<u>759</u>
Saldo final	<u>1 671</u>
<b>Depreciações acumuladas:</b>	
Transferências	
Instituto de Estradas	( 28)
FAMR	( 253)
Depreciação do exercício	<u>( 305)</u>
Saldo final	<u>( 586)</u>
<b>Valor escriturado</b>	<u><u>1 085</u></u>

As transferências correspondem aos ativos anteriormente de propriedade do Instituto de Estradas (IE) e o Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR). O valor líquido dos bens transferidos, no montante de mESC 631, foi registado por contrapartida de Outras Reservas (ver Nota 8).

## NOTA 5 - ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Representam adiantamentos concedidos no âmbito de contratos de construção celebrados, deduzidos dos descontos efetuados nas faturas entretanto emitidas (ver Nota 10). Resumem-se como segue:

	<u>mESC</u>
Elevation Engenharia S.A. Sucursal de Cabo Verde	72 881
SCI- Spencer Construções Imobiliária, Lda.	48 602
Tecnovia CV, Lda.	47 472
Empreitel Figueiredo, S.A.	39 322
Construção Barreto- S.A.	20 995
Armando Cunha, Cabo Verde, Cabo Verde, S.A.	18 997
Technor, Sociedade Unipessoal, Lda.	13 858
Outros	<u>3 196</u>
	<u><u>265 323</u></u>

Esses saldos são registados, essencialmente, por contrapartida da rubrica Outras contas a pagar (ver Nota 10) por se relacionarem com contratos de construção financiados por outras entidades, nomeadamente o Banco Mundial,



*Handwritten signature in blue ink.*



as Infraestruturas de Cabo Verde e a SDTIBM, responsáveis pelo pagamento aos empreiteiros, cujas faturas são, entretanto, emitidas em nome da ECV.

#### **Evolution**

O saldo compreende, essencialmente, (a) mESC 48 197 (ver Nota 10 (ii)), (b) mESC 14 217 (ver Nota 10 (iii)) e (c) mESC 5 258 (ver Nota 6 (i)) relacionados com financiamentos do Banco Mundial, da ICV, no âmbito do Programa PRRA, e da SDTIBM, respetivamente.

#### **Spencer Construções**

O saldo compreende (a) mESC 28 551 (ver Nota 10 (iii)) e mESC 6 485 (ver Nota 10 (ii)) relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do Programa PRRA, e do Banco Mundial, respetivamente e (b) mESC 13 566 adiantados pela ECV para a manutenção de estradas.

#### **Tecnovia**

O saldo compreende, essencialmente (i) mESC 21 018 financiados pelo Banco Mundial (ver Nota 10 (ii)), (ii) mESC 18 686 referente a faturas de adiantamento, relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do Programa PRRA (ver Nota 9) e (iii) mESC 7 768 adiantados pela ECV para a manutenção de estradas.

#### **Empreitel**

O saldo compreende, essencialmente, (a) mESC 24 495 (ver Nota 10 (ii)) e (b) mESC 14 217 (ver Nota 10 (iii)) relacionados com financiamentos do Banco Mundial e da ICV, no âmbito do Programa PRRA, respetivamente.

#### **Construção Barreto**

O saldo compreende, essencialmente, mESC 12 221 (ver Nota 10 (ii)) e mESC 8 773 (ver Nota 10 (iii)) relacionados com financiamentos do Banco Mundial e da ICV, no âmbito do Programa PRRA, respetivamente.

#### **Armando Cunha**

O saldo compreende, essencialmente, mESC 13 740 (ver Nota 10 (iii)) relacionados com financiamentos do da ICV, no âmbito do Programa PRRA, e mESC 5 258 adiantados pela Sociedade Desenvolvimento Turística das Ilhas de Boavista e Maio (ver Nota 6 (i)).



## NOTA 6 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica decompõe-se como se segue:

		<u>mESC</u>
<b>Devedores diversos</b>		
SDTIBM - Sociedade Desenv. das Ilhas de Boa Vista e Maio	(i)	157 354
Infraestruturas de Cabo Verde, S.A	(ii)	<u>112 444</u>
		<u>269 799</u>
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>		
Vivo Energy Cabo Verde, S.A.	(iii)	33 324
Enacol- Empresa Nacional Combustíveis, S.A.	(iii)	<u>25 975</u>
		<u>59 299</u>
		<u><u>329 099</u></u>

- (i) O saldo devedor desta rubrica, com contrapartida em Fornecedores (ver Nota 9 (i) e (ii)) e Adiantamentos a fornecedores (ver Nota 5), resulta dos contratos programa financiados pela Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boavista e Maio para a construção da estrada Via Estruturante e estrada ligação à Povoação Velha na ilha da Boavista. Os valores devidos aos empreiteiros pelas obras realizadas, deduzidos de adiantamentos efetuados, são registados nesta rubrica, uma vez que os pagamentos aos fornecedores são feitos pela SDTIBM, conforme o quadro a seguir:

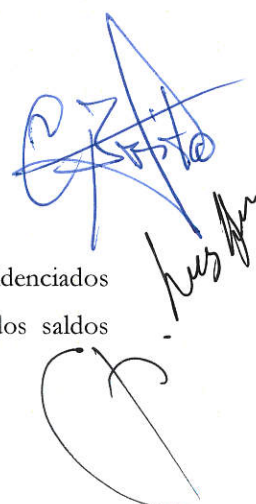
<u>Empreiteiro</u>	<u>mESC</u>		<u>Saldo</u>
	<u>Fornecedores</u> <u>(Nota 9)</u>	<u>Adiantamentos a</u> <u>fornecedores</u> <u>(Nota 5)</u>	
Evolution Engenharia S.A - Sucursal de Cabo Verde	83 935	5 258	78 677
Armando Cunha, Cabo Verde S.A	<u>83 935</u>	<u>5 258</u>	<u>78 677</u>
	<u>167 870</u>	<u>10 516</u>	<u>157 354</u>

- (ii) Corresponde à transferência efetuada à Infraestruturas de Cabo Verde (ICV), no âmbito do Termo de Transferência de Verbas assinado entre as duas partes em 16 de agosto de 2019, destinada ao pagamento das faturas de empreitadas de estradas, dirigidas à ECV. Este saldo será devolvido à ECV pela ICV aquando do desembolso por parte do Estado da segunda tranche do financiamento das referidas empreitadas, no âmbito do PRRA.
- (iii) Os saldos da Vivo Energy e Enacol correspondem à Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária referente ao mês de dezembro.

## NOTA 7 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIO

O saldo de mESC 261 443 corresponde ao depósito à ordem no banco do Tesouro.

Os outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional no valor positivo de mESC 167 893, evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, relacionam-se, essencialmente, com (i) os recebimentos dos saldos



orçamentais de funcionamento e investimentos transferidos pelo Tesouro aquando da constituição da ECV, conforme previsto nos Estatutos, no montante de mESC 304 145, (ii) valores recebidos no montante de mESC 70 894 do Ministério das Infraestruturas destinados a dar continuidade à execução e fiscalização da empreitada de reabilitação da estrada Campanas de Cima-Piorno na ilha do Fogo, (iii) mESC 112 44 transferidos à Infraestruturas de Cabo Verde destinados ao pagamento das faturas de adiantamentos de empreitadas de estradas, no âmbito do PRAA (Nota 6) e (iv) mESC 29 021 de restituição de taxas.

## NOTA 8 - CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2019 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

O capital social da ECV segundo o estatuto ascende a mESC 65 000, integralmente subscrito pelo acionista Estado de Cabo Verde, em 13 de maio de 2019, encontra-se ainda por realizar à data do Balanço.

O saldo da rubrica de Outras Reservas representa o património líquido (excesso dos ativos sobre os passivos) transferido para ECV, resultante dos bens, direitos e obrigações do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR) e do Instituto de Estradas (IE) transferidos para a ECV na data da sua criação, conforme se evidencia no quadro abaixo (em mESC):

	<u>FAMR</u>	<u>IE</u>	<u>Total</u>
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades	286 823	17 321	304 144
Contas a receber (TSMR de abril e maio)	81 467	-	81 467
Adiantamentos a fornecedores	22 055	-	22 055
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (líquidos)	-	3 072	3 072
	<u>390 345</u>	<u>20 393</u>	<u>410 738</u>
<b>Passivo</b>			
Fornecedores	60 376	35 439	95 815
Outros	-	269	269
	<u>60 376</u>	<u>35 708</u>	<u>96 084</u>
<b>Outras reservas (Ativo menos Passivo)</b>			<u>314 654</u>

O prejuízo fiscal referente ao exercício de 2019 ascende a mESC 96 975 e os correspondentes impostos diferidos ativos a mESC 21 761, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade na sua recuperação.

## NOTA 9 - FORNECEDORES

O saldo desta rubrica corresponde aos montantes a pagar aos empreiteiros no âmbito da atividade corrente da instituição. Apresenta o seguinte detalhe:

	<u>mESC</u>
Evolution Engenharia, SA - Sucursal de Cabo Verde	227 794
Armando Cunha Cabo Verde, S.A.	144 961
CVC- Construções de Cabo Verde, Sarl	53 976
Tecnovia CV, Lda.	44 484
SCI- Spencer Construções Imobiliária, Lda.	14 926
Construção Barreto, S.A.	15 646
Outros	<u>8 413</u>
	<u>510 201</u>

### Evolution

O saldo compreende (i) de mESC 78 024 relacionados com as faturas de manutenção de estradas a serem liquidadas pela ECV com recurso às Taxas de Serviço de Manutenção Rodoviária, (ii) mESC 83 935 a serem liquidados pela Sociedade de Desenvolvimento de Boavista e Maio (ver Nota 6), (iii) mESC 31 027 pela ICV, no âmbito do Programa PRRA (ver Nota 10 (i)) e (iv) mESC 34 808 pelo Banco Mundial (ver Nota 10 (ii)).

### Armando Cunha

O saldo compreende, essencialmente, (i) mESC 83 935 a serem liquidados pela Sociedade de Desenvolvimento de Boavista e Maio (ver Nota 6), (ii) mESC 31 027 pela ICV, no âmbito do Programa PRRA (ver Nota 10 (i)).

### CVC

O saldo deve-se essencialmente aos serviços de manutenção e reabilitação de estradas a serem liquidadas pela ECV com recurso às Taxas de Serviço de Manutenção Rodoviária.

### Tecnovia

O saldo compreende (i) mESC 18 686 referentes a faturas de adiantamento, relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do Programa PRRA (ver Nota 5), (ii) mESC 10 391 relacionados com as faturas de manutenção de estradas a serem liquidadas pela ECV com recurso às Taxas de Serviço de Manutenção Rodoviária, (iii) mESC 12 472 e mESC 2 935 a serem pagas diretamente pelo Banco Mundial (ver Nota 10 (ii)) e pelo Tesouro, respetivamente.



## NOTA 10 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

		<u>mESC</u>
Ministério das Infraestruturas	(i)	45 894
Banco Mundial	(ii)	39 779
Infraestruturas de Cabo Verde, S.A	(iii)	31 303
Credores - Pedidos de restituição de TMSR		4 384
Direção Geral do Tesouro		3 814
Acréscimos por férias e subsidio férias e encargos		2 439
Outros		<u>3 352</u>
		<u><u>130 965</u></u>

- (i) Corresponde ao valor remanescente do montante de mESC 70 894 (ver Nota 7) recebido do Ministério das Infraestruturas (MIOTH) destinado à execução e fiscalização da empreitada da reabilitação da estrada Campanas de Cima – Piorno na Ilha do Fogo, deduzido de mESC 25 000 (ver Nota 11) referentes a obras realizadas até 31 de dezembro de 2019.
- (ii) Corresponde ao total das faturas a pagar, incluindo os adiantamentos, aos empreiteiros relacionados com as obras financiadas diretamente pelo Banco Mundial, conforme o quadro seguinte:

<u>Empreiteiro</u>	<u>mESC</u>		
	<u>Fornecedores</u> <u>(Nota 9)</u>	<u>Adiantamentos a</u> <u>fornecedores</u> <u>(Nota 5)</u>	<u>Saldo</u>
Construção Barreto- S.A.	14 918	12 221	2 697
Empreitel Figueiredo, S.A.	2 563	24 495	( 21 932)
Elevation Engenharia S.A - Sucursal de Cabo Verde	34 808	48 197	( 13 389)
Tecnovia CV, Lda.	12 472	21 018	( 8 546)
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda	4 954	6 485	( 1 531)
Outros	<u>4 262</u>	<u>1 340</u>	<u>2 922</u>
	<u>73 977</u>	<u>113 756</u>	<u>( 39 779)</u>

- (iii) Corresponde ao total das faturas a pagar, incluindo os adiantamentos, aos empreiteiros no âmbito dos contratos de programa financiados pela ICV para a realização de obras de empreitada para construção da estrada Via Estruturante e estrada de ligação à Povoação Velha na ilha da Boavista, de acordo com o quadro seguinte:

Empreiteiro	mESC		Saldo
	Fornecedores (Nota 9)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 5)	
Armando Cunha, Cabo Verde S.A	31 027	13 740	17 287
Elevation Engenharia S.A - Sucursal de Cabo Verde	31 027	14 217	16 810
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda	-	28 551	( 28 551)
Empreitel Figueiredo, S.A.	-	14 217	( 14 217)
Technor, Sociedade Unipessoal, Lda.	-	13 858	( 13 858)
Construção Barreto- S.A.	-	8 773	( 8 773)
	<u>62 053</u>	<u>93 356</u>	<u>( 31 303)</u>

## NOTA 11 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos a 31 de dezembro de 2019 é como se segue:

		mESC
Subcontratos - Empreitadas	(i)	1 402 282
Comissões	(ii)	7 518
Trabalhos especializados		3 812
Deslocações e estadas		1 679
Outros fornecimentos e serviços		8 282
		<u>1 423 574</u>

- (i) Os subcontratos das empreitadas correspondem aos encargos relacionados com os serviços de preservação da rede rodoviária do País.

A tabela seguinte apresenta os gastos com os serviços de manutenção e reabilitação por origem de financiamento e a respetiva empreitada/serviço.

	<u>mESC</u>
<b>Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária</b>	
Manutenção e Conservação de Estradas Municipais	140 349
Remador Fogo	91 421
Remador- Santo Antão	37 391
Construção da Estrada (ER-FG-01) Chã das Caldeiras- Fogo	30 845
Semac- São Nicolau	22 565
Semac- Boavista	18 012
Semac- EN São Vicente	17 092
Semac- Sal	13 135
Semac- EN Santiago	13 049
Semac- Brava	11 323
Remador Pedra Badejo	8 284
Remador Palha Carga	42 002
	<u>445 467</u>
<b>Banco Mundial</b>	
Reabilitação da estrada EN3-SA-10 Chã de Escudela -Tarrafal de Monte Trigo	108 036
Reabilitação da estrada EN3-ST-06 Cidade Velha Bretelle EN3- ST-05- Santa Ana	58 597
Reabilitação da estrada EN3-ST-19 Bretelle EN1- ST-01- Chão de Formoso/ Gil Bispo	49 443
Reabilitação da estrada ER-ST-08 Bretelle EN3- ST-22- Palha Carga/Entre Picos de Reda	46 505
Reabilitação da Estrada ER-ST-09 Pedra Badejo Bretelle EN1- ST-02- Ribeira dos Picos	35 080
Estrada EN1-ST-01 - Praia - Tarrafal - Ilha de Santiago	9 406
Outros	21 338
	<u>328 405</u>
<b>Direção Geral do Tesouro</b>	
Fiscalização dos trabalhos de reabilitação e asfaltagem da EN- BG	118 260
Construção da Estrada (ER-FG-01) Chã das Caldeiras- Fogo	36 355
Empreitada de Reabilitação da Estrada Campanas de Cima/Piorno	95 108
Fiscalização dos trabalhos de reabilitação da estrada Campanas de Cima /Piorno	3 281
	<u>253 003</u>
<b>Sociedade de Desenvolvimento Turístico de Boavista e Maio</b>	
Empreitada de Construção da Estrada Via Estruturante e Estrada de ligação á Povoação Velha	282 148
Trabalhos de Fiscalização de 2ª Fase de Execução da Via Estruturante via de acesso à Povoação Velha	6 205
	<u>288 353</u>
<b>Infraestruturas de Cabo Verde/PRRA</b>	
Empreitada de Construção da Estrada Via Estruturante e Estrada de ligação à Povoação Velha	62 053
<b>Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação</b>	
Empreitada de Reabilitação da Estrada Campanas de Cima/Piorno	25 000
	<u>1 402 282</u>

- (ii) As comissões de cobrança de TSMR refletem os custos derivados da arrecadação da TSMR pelas petrolíferas Vivo Energy e Enacol.

## NOTA 12 - GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2019 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>mESC</u>
Ordenados e salários	16 161
Remunerações dos órgãos sociais	4 592
Encargos sobre remunerações	3 642
Acréscimo de Férias	2 103
Seg. de acidentes no trab. e doenças profissionais	<u>164</u>
	<u><b>26 662</b></u>
Números de colaboradores no final do ano 2019	<u><u>19</u></u>

## NOTA 13 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O saldo de mESC 1 387 416 compreende, essencialmente:

	<u>mESC</u>
Arrecadações da TSMR pelas petrolíferas	419 744
Obras de reabilitação financiadas pelo Banco Mundial	328 405
Obras financiadas pela Direção Geral do Tesouro	262 308
Obras financiadas pela SDTIBM	288 353
Obras financiadas pela ICV	62 053
Obras financiadas pela MIOTH	<u>25 000</u>
	<u><b>1 385 863</b></u>

## NOTA 14 - OUTROS GASTOS E PERDAS

Compreendem, essencialmente, mESC 33 405 referentes à TSMR restituídas aos consumidores isentos (pescadores, indústrias, etc).





## NOTA 15 – PARTES RELACIONADAS

A Empresa é 100% detida pelo Estado de Cabo Verde.

Os principais saldos à data do balanço e transações ocorridas em 2019 entre a Empresa e partes relacionadas resumizam-se como segue (em mESC):

	Balanço		Transações	
	Outras Contas e Receber (Nota 6)	Outras Contas a pagar (Nota 11)	Fornecimento e Serviços Externos (Nota 12)	Outros Rendimentos (Nota 14)
Infraestruturas de Cabo Verde, S.A	112 444	31 303	62 053	62 053
Ministério das Infraestruturas	-	45 894	-	-
Direção Geral do Tesouro	-	3 814	253 003	253 003
	<u>112 444</u>	<u>81 011</u>	<u>315 056</u>	<u>315 056</u>

## NOTA 16 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde o surto da Doença do Coronavírus 2019 ("COVID-19") que surgiu na China em janeiro de 2020, a prevenção e controlo do COVID-19 tem vindo a decorrer a nível global considerando os riscos de contágio da doença. A Estrada de Cabo Verde – E. P.E, implementou seriamente os requisitos e orientações da Organização Mundial de Saúde e todas as indicações das autoridades estatais e regulatórias e reforçará o apoio à prevenção e controlo epidémicos.

O COVID-19 tem impactos económicos a nível nacional e global existindo já perdas significativas nos mercados globais que podem afetar a qualidade ou atividade operacional da Estrada Cabo Verde, E.P.E., e o grau de impacto depende da situação das medidas preventivas epidémicas, da duração da epidemia e da implementação das políticas regulamentares.

Trata-se de um evento subsequente, não ajustável, que até à presente data, a avaliação ainda está em curso.

A Estrada de Cabo Verde - E. P.E continuará a acompanhar a evolução do COVID-19, avaliando e agindo ativamente aos seus impactos na posição financeira e nos resultados da empresa. Apesar das incertezas futuras, é convicção do Conselho de Administração que tais impactos não colocarão em causa a continuidade das operações da Empresa.

Contabilista

Conselho de Administração